

# Novo Cruzado, velhos erros

Otávio Tirso de Andrade

**A**ção do governo Sarney é espasmódica e descontinuada. Após inaugurar-se e sob o sinal do "é proibido gastar", legado por Tancredo Neves, a Nova República embriagou-se com o "desenvolvimentismo" e sucumbiu à demagogia populista. Ainda com poucos dias de idade, a administração presidida pelo político maranhense despachou flotilhas de aviões cargueiros para Porto Alegre, a fim de socorrer com papel-moeda recém-impresso um grande banco gaúcho que deveria ter falido. A partir desse momento, a economia foi-se aquecendo e o presidente veio um dia à televisão proclamar alacremente: "A recessão acabou..."

A 13 de janeiro de 86, dávamos como desarrazoada a euforia presidencial e aqui escrevíamos, com indiferença pela atroada da claque lubrificada a peso de ouro: "Não atenta o Sr. José Sarney que estamos a viver sob o pifio expediente denominado pelos economistas anglo-saxões de *stop and go*. Ao *go* imprimido aos negócios, atabalhoadamente, sucederá o inevitável *stop* cujos prenúncios estão por aí". Não deu outra. Ao fim do Carnaval do ano passado, tivemos o Plano Cruzado, gerado e dado à luz às correrias para impedir a derrocada institucional.

Não fomos dos que saíram à rua fantasiados de "fiscal do Sarney". À época, manifestamos não acreditar que o governo se converteria ao regime de austeridade indispensável a pôr fim à inflação. A propósito citávamos a Lei de Micawber, tal como a enunciou Dicksen: "Renda anual: 20 libras esterlinas. Despesa: 19 libras e 6 shillings. Resultado: felicidade completa. Renda anual: 20 libras. Despesa: 20 libras e 6 shillings. Consequência: Desgraça!" (artigo publicado a 10 de março de 86).

Novamente — para infelicidade nossa —, permitimo-nos observar que acertamos em cheio. Não respeitaram a Lei de Micawber. O déficit público elevou-se a 6, 7, 8 ou só Deus sabe a quanto por cento do PIB. Resultado: mais um espasmo do Governo! Ainda mal amarrado por quem estava a confeccioná-lo, outro "pacote" foi arremessado sobre a nação. Surgiu o Cruzado Novo... Assim é impossível a estabilidade que incentiva a poupança e leva à prosperidade.

Terá chegado a hora de acreditarmos que o governo emendou-se de vez? Não podemos afirmá-lo com certeza. A ferrovia Norte-Sul foi meramente adiada, quando deveria ter sido remetida para as calendás gregas. A intenção de cortar despesas oficiais manifestou-se primordialmente em relação a projetos futuros. As primeiras medidas postas em prática promovem, mais uma vez, a transferência de renda do setor privado para o Governo. Cortam na carne de patrões, empresas e assalariados em geral. A dieta destinada a reduzir as enxúndias do setor público foi enunciada, mas não pormenorizaram quando e como irão avá-la...

O pior é a reincidência no erro da imposição do congelamento de preços e salários. O drástico ato jamais se constituirá em sucedâneo para a moderação fiscal e a parcimônia monetária. Ao adotá-lo novamente — como se pudesse ter vigência real em país da dimensão do nosso — o governo inflamou as expectativas altistas dos participantes do mercado: levou-se a crer que os preços subirão ainda mais. O resultado aí o temos à

vista de todos. A alta generalizada — verdadeiramente insuportável — foi provocada pela precipitação — pela inépcia política — com que promulgaram o novo plano, sem levar o povo a convencer-se, previamente, de que haviam mudado de rumo.

Algumas horas após o anúncio da reabertura da concorrência que daria início à fatídica ferrovia para o Maranhão, com ministros de Estado e outras altas autoridades a reiterarem que megaempreitadas seriam levadas adiante, não obstante a dívida externa "espetada" e o desequilíbrio agudo no balanço de pagamentos, como poderiam as autoridades supor que a alta de preços se immobilizaria com o simples anúncio de que meia dúzia de gatos-pingados da Sunab voltariam à televisão para exhibir-se no aprisionamento de gerentes de supermercados? Ora.. francamente!..

Caso o Sr. José Sarney houvesse se dirigido "às brasileiras e aos brasileiros" para anunciar-lhes o adiamento *sinedie* da malfadada estrada de ferro (em vez de transferir a empreitada para daqui a 180 dias), se aplicasse o ponto final nos outros projetos tornados inviáveis pela inflação e se houvesse tido a clarividência de detalhar medidas realmente expressivas da conversão de seu governo à rigorosa austeridade que o momento exige, os preços dos gêneros e utilidades começariam a cair no dia seguinte — e a taxa de juros também — sem tabelamentos e diligências policiais contra comerciantes. A extraordinária, a incomensurável incompetência político-administrativa na encenação do ato que toda a Nação deseja não venha a frustrar-se expõe a economia, e até o regime, a riscos desnecessários.

Não se iludem em supor que a opinião pública dará crédito aos "índices" resultantes dos tabelamentos arbitrários, impossíveis de assentar em níveis adequados, porque ninguém, nem cousa nenhuma — nem mesmo o mais avançado dos computadores — poderá fixar com precisão o ponto exato de convergência de milhões de intenções diversas, só conciliáveis através do mercado livre. Na eventualidade de o Governo persistir em desperdícios faraônicos, tornar-se-ão insuportáveis as distorções dos controles desigualmente aplicados (não há como fazê-los uniformes). O Plano Cruzado Novo irá por água abaixo, tal como ocorreu com o ainda recente Plano do Cruzado velho... As *tablitas* dos fatores de conversão (de legalidade mais do que duvidosa) e a acertada medida de supressão dos subsídios ao trigo (os preços artificiais reduziram a produção local) não serão bastantes para manter a casa em pé.

Ao concluirmos, queremos deixar expresso não duvidarmos da honestidade de propósito do ministro da Fazenda e de seus colaboradores. A nossa incompatibilidade com os tabelamentos decorre da arraigada convicção, adquirida na leitura dos teóricos liberais, de que, como observou Jacques Rueff, o mecanismo de preços submete a economia, constantemente, ao plebiscito da demanda. É o mais eficaz instrumento da democracia econômica.

□

*P.S. Este artigo já estava redigido, quando o Sr. José Sarney anunciou haver interessados estrangeiros na construção da ferrovia para o Maranhão. Vá em frente, Presidente! Não sendo dinheiro emprestado, tudo bem. Toque a obra com capital importado. À custa de emissões e novos impostos é impossível realizá-la. O.T.A.*